

## A PRIMAVERA ÁRABE E OS DESAFIOS À PARCERIA EURO-MEDITERRÂNEA. Como promover democracia em uma região em transformação?

*Daniela Huber*

A chamada “Primavera Árabe” está agora em seu terceiro ano e já resultou em uma transformação decisiva na região Mediterrânea. Levou a uma mudança de regime e eleições no Egito, Líbia e Tunísia, principalmente em benefício da Irmandade Muçulmana e partidos relacionados a ela. Também levou a eleições na Argélia, contínuas mudanças de governo na Jordânia, e pacotes de reforma na Argélia, Jordânia e Marrocos. No entanto, os processos de transição nestes países continuam instáveis. Eles têm que lidar com problemas de violência política e polarização de suas sociedades, e o lugar da religião nos direitos públicos e das mulheres é fortemente contestado. A situação econômica também está se deteriorando nestes países, com exceção da Líbia onde o setor petrolífero está novamente funcionando a níveis pré-revolucionários. Todavia, a Líbia enfrenta um dos maiores desafios internos ao tentar estabelecer um monopólio da violência em um país profundamente dividido pela guerra civil.

O vácuo de segurança gerado pela Primavera Árabe, especificamente na Líbia, também impôs novos desafios de segurança para as regiões de Magrebe e Sahel, como fica evidente nos ataques de 2012 contra a missão diplomática dos Estados Unidos em Bengazi, os ataques aos campos de gás em 2013 na Argélia, ou, no mesmo ano, a crise em Mali. No Oriente Médio, a viciosa guerra civil na Síria cada vez mais transborda para os países vizinhos, com destaque para o Líbano, onde os frágeis acordos de divisão de poder estão ameaçados e levaram a confrontos violentos. Israel, levado por novas preocupações com a segurança em relação às fronteiras com Síria, Líbano e o Sinai, vê as revoltas

árabes cada vez mais como um “Inverno Árabe”<sup>1</sup>, enquanto os palestinos se inspiraram na Primavera Árabe para protestar contra a ocupação israelita e a divisão política entre o Hamas e o Fatah porém, sem resultados concretos além, talvez, da aposta da criação do estado nas Nações Unidas.<sup>2</sup>

Este breve resumo certamente não faz jus aos complexos processos de transformação doméstica e regional que acontecem atualmente, mas mostra a natureza ambígua das revoltas. Enquanto a “Primavera Árabe” quebrou “a resiliência autoritária”<sup>3</sup> na região principalmente ao introduzir eleições e aumentar direitos civis e políticos, também levou a novos conflitos e desafios de segurança aos quais a política externa da União Europeia (UE) precisa responder. Como a UE pode apoiar os processos de transformação ao mesmo tempo em que lida com os novos desafios de segurança? A seguir, a abordagem da UE para a região será analisada, primeiramente focando no envolvimento passado de suas iniciativas na região. Então, o trabalho se voltará para os esforços revisados sob a Primavera Árabe e destacará o fato que uma iniciativa multilateral revitalizada da UE na região Mediterrânea agora seria basilar para dar apoio econômico aos processos de transição, mas também garantir o desenvolvimento sustentável na região no longo prazo através da construção de uma nova arquitetura de segurança regional.

# 1. A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PELA UE NA REGIÃO MEDITERRÂNEA

O CE/UE desenvolveu estruturas de políticas para a região mediterrânea desde o começo da Política Global Mediterrânea em 1972. Inicialmente, porém, esta

1 Haim Bresheeth, “The Arab Spring. A View from Israel,” *Middle East Journal of Culture and Communication* 5 (2012), p. 42–57; Amichai Magen, “On Political Order and the Arab Spring,” *Israel Journal of Foreign Affairs* 6, no. 1 (2012), p. 9–21.

2 Para uma boa análise da “Primavera Árabe” palestina veja: Michelle Pace, “An Arab ‘Spring’ of a Different Kind? Resilience and Freedom in the Case of an Occupied Nation,” *Mediterranean Politics* 18, no. 1 (2013), p. 42–59.

3 Deve notar-se que a ideia de “resistência autoritária árabe” ou “excepcionalismo árabe” tem sido um paradigma na ciência política comparada, o que não só embaraça análises sobre a região, mas também reverberou tons orientalistas. Michelle Pace and Francesco Cavatorta, “The Arab Uprisings in Theoretical Perspective – An Introduction,” *Mediterranean Politics* 17, no. 2 (2012), p. 125–138, doi:10.1080/13629395.2012.694040.; Fred Shelley, “Orientalism, Idealism, and Realism: The United States and the ‘Arab Spring,’” *The Arab World Geographer* 14, no. 2 (January 1, 2011), p. 169–173.

não incluía uma dimensão democrática ou de direitos humanos. Só após o fim da Guerra Fria, em um novo ambiente de segurança e face à terceira onda de democratizações em cascata na Europa, África e Ásia, que a UE começou a incorporar a promoção de democracia como o principal objetivo de política externa da UE. Em 1991, o Conselho fez da promoção da democracia um objetivo de cooperação para o desenvolvimento, e desde 1992, todos os acordos da UE com outros estados incluem uma cláusula que fazem do respeito pelos direitos humanos e princípios democráticos um elemento essencial. Em 1995, a UE lançou a Iniciativa (mais tarde Instrumento) Europeia para Democracia e Direitos Humanos (IEDDH). A IEDDH é uma política pura de assistência democrática e constrói a democracia de baixo para cima ao apoiar a sociedade civil. Em teoria, para que tais ações sejam realizadas não é necessário o acordo por parte dos países receptores. Na prática, ficou difícil apoiar projetos e organizações em estados autoritários sem o consentimento dos respectivos regimes.<sup>4</sup>

Também em 1995, a UE estabelece o Processo de Barcelona / Parceria Euro-Mediterrânea (PEM). Espelhando o Processo de Helsink, foi uma “prática de segurança” europeia específica para construir uma região, e estava dividida em três áreas: uma política e de segurança, uma econômica e financeira, e uma social, cultural e de parceria humana.<sup>5</sup> Em 2005, uma quarta área de “Migração, Integração Social, Justiça e Segurança” foi adicionada. O principal objetivo da PEM era construir uma “comunidade de segurança, e como parte desta tarefa, os governos parceiros prometeram na Declaração de Barcelona “desenvolver o Estado de Direito e a democracia em seus sistemas políticos” e a “respeitar os direitos humanos e liberdades fundamentais e garantir a eficácia do exercício legítimo de tais direitos e liberdades, incluindo a de expressão, de associação para fins pacíficos e liberdade de pensamento, consciência e religião.”<sup>6</sup>

4 Richard Youngs, “The European Union and Democracy Promotion in the Mediterranean: A New or Disingenuous Strategy?,” *Democratization* 9, no. 1 (2002), p. 55.

5 Emanuel Adler e Beverly Crawford, “Normative Power: The European Practice of Region Building and the Case of the Euro-Mediterranean Partnership (EMP),” em *The Convergence of Civilizations: Constructing a Mediterranean Region*, ed. Emanuel Adler et al., German and European Studies. Toronto: University of Toronto Press, 2006, p. 3–50.

6 Conferência Euro-Mediterrânea, “Declaração de Barcelona,” 1995, [http://www.eeas.europa.eu/euromed/docs/bd\\_en.pdf](http://www.eeas.europa.eu/euromed/docs/bd_en.pdf).

Enquanto a declaração não é legalmente obrigatória, os acordos de associação assinados sob a estrutura da PEM são. Eles incluem o Artigo 2 que diz que respeito pelos princípios democráticos e direitos humanos constitui um “elemento essencial” do acordo, apesar de que esta cláusula nunca foi evocada pela UE para suspender um acordo com um país mediterrâneo.

Na estrutura da PEM, a UE estabelece plataformas diplomáticas multi e bilaterais. No que diz respeito a fóruns multilaterais, havia as Conferências anuais EuroMed de ministros das relações exteriores, enquanto progressos nos três capítulos – política/segurança, economia/finanças, cultura/humano eram discutidos.<sup>7</sup>

A Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânea foi criada em 2003 e tem 240 membros, metade europeus e metade mediterrâneos. Tem três comitês que refletem as três áreas da PEM: os comitês político, econômico e cultural, e além disso, há diversos grupos de trabalho. Desde 2010, também há a Assembleia Regional e Local da EuroMed que conecta o Comitê de Regiões da UE com autoridades regionais e locais dos países parceiros. A nível de sociedade civil, o Fórum Civil EuroMed tem o objetivo de fortalecer a voz da sociedade civil na região e agir como uma correia de transmissão. Participantes vêm de todas as áreas do Mediterrâneo e seus interesses variam entre direitos humanos, desenvolvimento, mulheres, transparência, cultura, sindicatos e questões ambientais.

Diálogos bilaterais são estabelecidos através de acordos de associação. As reuniões do conselho de associação também tocaram no assunto do “diálogo político”, mas como a Comissão notou em 2003 “isso tende a consistir principalmente de apresentações gerais dos Estados-Membros ou parceiros do Mediterrâneo sobre suas políticas nacionais de direitos humanos e não leva a uma discussão substancial. Pelo contrário, pode servir como um pretexto para evitar discussões sérias”<sup>8</sup>. Assim, a UE aumentou sua capacidade de promover democracia através do discurso e estabeleceu os sub-comitês sobre direitos humanos, democratização e governança para os conselhos de associação discutirem estas questões. A seguinte tabela mostra quando eles foram estabelecidos.

7 Na estrutura da União para o Mediterrâneo, há agora reuniões bienais dos chefes de estado e de governo, assim como reuniões anuais dos ministros de relações exteriores.

8 Comissão Europeia “Reinvigorating EU Actions on Human Rights and Democratisation with Mediterranean Partners,” 2003, 13, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0294:FIN:EN:PDF>.

|                      | Acordo de Associação         | Sub-comitê de Direitos Humanos | Estudos Avançados |
|----------------------|------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Argélia              | 2006                         | 2010                           | -                 |
| Egito                | 2004                         | 2008                           | -                 |
| Jordânia             | 2002                         | 2005                           | 2010              |
| Líbano               | 2006                         | 2007                           | -                 |
| Líbia                | -                            | -                              | -                 |
| Marrocos             | 2000                         | 2007                           | 2008              |
| Autoridade Palestina | 1997                         | 2008                           | -                 |
| Síria                | Projeto de acordo paralisado | -                              | -                 |
| Tunísia              | 1998                         | 2007                           | Negociações       |

Finalmente, a PEM também teve seu próprio instrumento de financiamento – o MEDA I e II. O MEDA II cobriu o período entre 2000 e 2006 com 5.4 bilhões de Euros<sup>9</sup>, dos quais cerca de 8% foi para áreas de governança e diálogo político, 34% para a social e 62% para a estrutura econômica.<sup>10</sup> O MEDA foi substituído pelo ENPI em 2007, alocando um pouco mais de dinheiro para democracia e direitos humanos. Cerca de 8% do financiamento do ENPI foi distribuído para democracia e direitos humanos e 11% para boa governança<sup>11</sup>. Como mostram estes números, o iminente alargamento de 2004 levaria a novas fronteiras e vizinhanças para a UE, e ideias para uma nova iniciativa de vizinhança começaram a circular. O Alto Representante Javier Solana e o Comissário para Relações Externas Chris Patten trabalharam na iniciativa de uma “Europa mais larga”, da qual se desenvolveu a Política Europeia de Vizinhança (PEV). Assim como o Processo de Barcelona, a PEV tem como objetivo a segurança e estabilidade da região, mas com abordagem diferente já que não foi modelada segundo o Processo de Helsinki, mas segundo o processo de alargamento da UE. A PEV procura estabelecer um “anel de países, dividindo os valores e objetivos fundamen-

9 Comissão Europeia, “MEDA Programme,” 2012, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/external\\_relations/relations\\_with\\_third\\_countries/mediterranean\\_partner\\_countries/r15006\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/mediterranean_partner_countries/r15006_en.htm).

10 Comissão Europeia, “Evaluation of the Council Regulation Nr 2698/2000 (MEDA II) and Its Implementation,” 2009, [http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation\\_reports/reports/2009/1264\\_vol1\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation_reports/reports/2009/1264_vol1_en.pdf).

11 Entre 2007 e 2013 o orçamento do ENPI compreendeu 12 bilhões de euros. A estrutura social recebe 43 por cento e a estrutura econômica 38 por cento. Estes números são baseados em uma análise dos programas nacionais indicativos de Argélia, Egito, Jordânia, Líbano, Marrocos, Tunísia e Síria, disponível em: [http://ec.europa.eu/world/enp/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/world/enp/index_en.htm).

tais”.<sup>12</sup> Em contraste com a PEM, a PEV tem um foco mais claro na democracia, ao mesmo tempo em que foca no “bilateralismo diferenciado”<sup>13</sup>, o multilateralismo da PEM foi deixado de lado<sup>14</sup>. Foi dada prioridade a uma abordagem de análise comparativa, de acordo com a qual democratização e liberalização, assim como cooperação com a UE em questões centrais como imigração, devem ser recompensadas. Foram acordados com países parceiros planos de ação que determinam prioridades tais como energia e pesquisa. A países em progresso foi prometido mais integração, cooperação, acesso a mercados e assistência. Porém, os planos de ação eram vagos sobre análises comparativas e recompensas. Não foram criados cronogramas claros nem a oferta de “apoio no mercado internacional” definida<sup>15</sup>.

O principal incentivo, além da ajuda, oferecido pela UE se tornou um status avançado de associação (veja a tabela acima). Mas como os estados parceiros não têm previsão para entrar na UE, isso significa pouco mais que um valor simbólico<sup>16</sup>, e seus incentivos realmente se mostraram escassos. O Marrocos foi o primeiro estado parceiro a receber status avançado em 2008 assim como ajuda adicional (28 milhões de euros em 2007) através do Instrumento de Governança que foi estabelecido em 2006 para recompensar pioneiros em termos de reforma política. Em 2010, a Jordânia também recebeu status avançado, assim como a Tunísia quase também conseguiu logo antes da eclosão da Primavera Árabe, apesar das objeções de ativistas de direitos

12 Comissão Europeia “European Neighbourhood Policy Strategy Paper,” 2004, [http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy\\_paper\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy_paper_en.pdf).

13 Raffaella Del Sarto e Tobias Schumacher, “From EMP to ENP: What’s at Stake with the European Neighbourhood Policy Towards the Southern Mediterranean?,” *European Foreign Affairs Review* 10, no. 1 (2005), p. 17–38.

14 Michelle Pace, “Norm Shifting from EMP – to ENP: The EU – as a Norm Entrepreneur in the South?,” *Cambridge Review of International Affairs* 20, no. 4 (2007), p. 659, doi:10.1080/09557570701680704.

15 Ibid., 663; Alfred Tovias, “The EU and the Mediterranean Nonmember States,” em *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe’s Role in the World*, ed. Federiga Bindi (Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2010), p. 172.

16 Enquanto a UE abriu parcialmente seu mercado de agro produtos para as exportações marroquinas, Kausch argumenta que as quotas foram mantidas exatamente para aqueles produtos em que o Egito é mais competitivo. “De forma simples: os exportadores da UE têm amplo acesso aos mercados marroquinos enquanto o Marrocos ainda não pode vender livremente seus agro produtos baratos na UE, porque os políticos da UE precisam proteger os tomates espanhóis e as abobrinhas francesas” Kristina Kausch, “Morocco’s ‘Advanced Status’: Model or Muddle?,” 2010, , p. 4, <http://www.fride.org/publication/745/morocco%27s-%27advanced-status%27:-model-or-muddle>.

humanos assim como de parlamentares europeus<sup>17</sup>. Realmente a agenda democrática da UE já estava em baixa naquele momento. Atores islâmicos tiveram cada vez sucesso em eleições relativamente democráticas no Oriente Médio, Egito, Líbano e Palestina em 2005/06. Não só a UE vê esses atores com certa desconfiança<sup>18</sup>, mas os regimes autocráticos da região reverteram os cautelosos processos de reforma do início dos anos 2000, e a promoção democrática – ao menos de uma maneira baseada em uma parceria onde a UE é declaradamente o caminho preferido<sup>19</sup> – se tornou difícil de buscar. Enquanto a UE sempre teve a tendência de priorizar os interesses de segurança, migração ou energia sobre a reforma democrática no Mediterrâneo, essa tendência só cresceu quando a imigração ilegal vinda do Norte da África para a UE através de Espanha, Itália e Malta começou a acelerar a partir de 2000, levando a uma crise de imigração em 2005 e 2006. Um exemplo a esse respeito foi a entrada da UE em negociações para um “acordo de estrutura” com a Líbia, principalmente sob pedidos da Itália para “comprar” a cooperação líbia na prevenção da imigração ilegal para a UE. Isso significou não só que a UE abandonou sua abordagem de condicionalidade negativa em relação à Líbia, mas também que concordou com a demanda líbia por um acordo *ad-hoc* ao invés de negociar um acordo de associação sob a estrutura da PEM como com outros estados mediterrâneos.

A própria UE parecia cada vez mais desencantada com sua própria política de promoção de democracia. Em 2007, o então Alto Representante Javier Solana come-

17 Ativistas tunisianos de direitos humanos pediram que a UE desacelerasse estas negociações face à repressão política do governo que eles enfrentavam. O regime de Ben Ali, então, aprovou uma emenda constitucional que transformou em atividade criminal incitar “partes estrangeiras a não fornecer empréstimos à Tunísia, não investir no país, boicotar turismo ou sabotar os esforços da Tunísia para obter status de parceiro avançado com a UE.” The Economist, “Human Rights in Tunisia: No to Opposition,” 2011, [http://www.economist.com/node/16705491?story\\_id=16705491](http://www.economist.com/node/16705491?story_id=16705491). Esta ação foi criticada não só pela comunidade de direitos humanos na UE, mas também pelo Parlamento Europeu. O segundo maior partido – o Partido dos Socialistas Europeus – por exemplo, pediu que as negociações de status avançado fossem paralisadas devido à situação de direitos humanos na Tunísia. As negociações continuaram.

18 Lia e Joffe mostraram que regimes na Sul obtiveram sucesso em “rotular todas as manifestações da oposição – violentas ou não-violentas – como uma ameaça à estabilidade da região” securitizando a questão na Europa. Brynjar, Lia. “Security Challenges in Europe’s Mediterranean Periphery and Policy Dilemmas”, European Security 8, no.04 (1999), p. 27; George Joffé, “The European Union, Democracy and Counter-Terrorism in the Maghreb,” JCMS 46, no. 1 (January 1, 2008), p. 147-171.

19 Em 1991, o Conselho declarou que “uma abordagem positiva e construtiva deveria ter prioridade”, com diálogo político, assistência financeira e condicionalidade positiva, e – somente adicionado a isso – condicionalidade negativa.

çou a argumentar que “nem todos os nossos valores são universais” e que “não seria sábio ignorar o fato que projetar nossos valores pode causar problemas no exterior”<sup>20</sup>. No mesmo ano, amplamente para impulsionar seu próprio papel de política externa, o então presidente francês Nicolas Sarkozy pressionou por uma nova iniciativa mediterrânea para substituir a PEM. Sua proposta inicial de uma União Mediterrânea foi rejeitada por estados-membros da UE como a Alemanha que diziam que isso possivelmente dividiria a UE, e assim concordaram com uma versão menor deste. A União para o Mediterrâneo (UpM) foi lançada em 2008, é conhecida por duas coisas: primeiramente, por não conseguir decolar, considerando que após a Operação Chumbo Fundido em Gaza em dezembro de 2008/ janeiro de 2009, nenhuma reunião de alto escalão foi realizada.<sup>21</sup> Segundo, a questão da reforma política não tem um grande papel na UpM, ao contrário, esta busca alimentar a cooperação e poucas “áreas de prioridade” econômica tais como desenvolvimento de negócios, urbano, energia, meio ambiente, educação e pesquisa, não obstante a aparente falta de reformas. Isso foi ainda mais surpreendente considerando que a contrapartida oriental da UpM – a Parceria Oriental estabelecida em 2009 – inclui democracia e boa governança como uma de suas quatro plataformas<sup>22</sup>. Como notado por um proeminente observador da questão, o “projeto político de “construir uma região mediterrânea” baseada em democracia e direitos humanos foi amplamente abandonada entre uma progressiva fragmentação de esforços”.<sup>23</sup> Realmente, tanto a ideia de construir uma comunidade de segurança como a de democracia foram amplamente abandonadas.

20 Javier Solana, “Speech at the Annual Conference of the Institute for Security Studies of the European Union,” 2007, [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/press-data/en/discours/97350.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/press-data/en/discours/97350.pdf).

21 Porém, deve ser notado que a UpM melhorou a estrutura institucional do Processo de Barcelona ao introduzir uma presidência dividida entre um país da UE e um estado parceiro por dois anos, e o Secretariado em Barcelona supervisiona a iniciativa. Uma outra nova instituição é a Assembleia Regional e Local Euro-Mediterrânea, de certa forma seguindo o modelo do comitê de regiões da UE que também traz os representantes regionais e locais. A Assembleia se reuniu pela primeira vez em 2010.

22 As outras três plataformas são: integração econômica e convergência com as políticas setoriais da UE, segurança energética, e contato entre as pessoas.

23 Federica Bicchì, “The Union for the Mediterranean, or the Changing Context of Euro-Mediterranean Relations,” *Mediterranean Politics* 16, no. 1 (2011), p. 14, doi:10.1080/13629395.2011.547365.

## 2. PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA PELA UE DESDE A PRIMAVERA ÁRABE

A Primavera Árabe re-energizou os esforços de promoção da democracia por parte da UE. Construindo sobre estruturas já existentes, a UE emitiu uma Política Europeia de Vizinhança (PEV) renovada, procurando melhorar a condicionalidade positiva ao oferecer mais por mais, focando em três incentivos: Dinheiro, Mercados e Mobilidade. Um novo instrumento de financiamento foi introduzido, o Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV) que substituirá a PEV em 2014 para implementar uma nova abordagem diferenciada da PEV revisada. Os critérios para a diferenciação são “o nível de ambição da parceria do país com a União, seu progresso na construção de democracia profunda e sustentável, seu progresso em implementar objetivos de reforma concordados, as necessidades e capacidades dos países e o impacto em potencial do apoio da União.”<sup>24</sup> Ele também fortalece os critérios de condicionalidade negativa, com o Artigo 17 da regulação do IVE sobre a suspensão do apoio por parte da UE dizendo que:

“quando um país parceiro não for capaz de observar os princípios da democracia, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, a União deve convidar o país em questão a realizar consultas procurando encontrar uma solução aceitável a ambas as partes, exceto em casos de especial urgência. Quando a consulta com o país em questão não resultar em uma solução aceitável a ambas as partes, ou se as consultas forem recusadas ou em caso de especial urgência, o Conselho pode tomar as medidas necessárias... que podem resultar em suspensão total ou parcial do apoio da União.”<sup>25</sup>

Além disso, a UE incluiu um novo Instrumento para Sociedade Civil na IEV com um financiamento de 22 milhões de euros entre 2011 e 2013 (metade do qual é para o Sul)<sup>26</sup> e, sob iniciativa da Polônia, uma Dotação Europeia para a Democracia (DED) com um financiamento de seis milhões de euros para o

24 Comissão Europeia, “Regulation of the European Parliament and of the Council Establishing a European Neighbourhood Instrument,” 2011, 17, [http://ec.europa.eu/world/enp/docs/2011\\_prop\\_eu\\_neighbourhood\\_instrument\\_reg\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/docs/2011_prop_eu_neighbourhood_instrument_reg_en.pdf).

25 Ibid., 26.

26 Stefan Füle, “The Role of Civil Society in Transition and Transformation: Lessons from the Enlargement Policy of the European Union,” 2011, [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-11-628\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-628_en.htm).

estabelecimento e começo do DED<sup>27</sup>. Ambos pretendem aumentar o apoio à sociedade civil de forma mais flexível. A UE também apoiou eleições na Argélia, Jordânia, Líbia e Tunísia através de ajuda para organização das eleições, missões de observação e times de avaliação.

Assim, a agenda de democracia voltou para a política externa da UE na região, o que também refletiu a retórica dos oficiais responsáveis, como o Comissário de Alargamento da UE, Štefan Füle e o Alto Representante da União para Assuntos Estrangeiros, Catherine Ashton, que intensificaram seus “discursos democráticos” ao constantemente trazer à tona os conceitos de “democracia profunda,”<sup>28</sup> “transição para democracia,”<sup>29</sup> e a “natureza universal” da democracia<sup>30</sup> em declarações que fazem referência à região.

No entanto, algumas questões se mantêm problemáticas na revisada política democrática para a região. Primeiro, apesar dos movimentos de protesto na região terem se voltado contra as reformas de mercado neo-liberais imposta a seus países e pedirem justiça social e direitos econômicos e sociais, o conceito de democracia que a UE continua promovendo se mantém liberal, como destacado por um órgão de pesquisa no assunto<sup>31</sup>. Segundo, e relacionado à primeira questão, o maior desafio para transições democráticas de sucesso na região é a volátil situação econômica e de segurança, e um esforço ousado por parte da UE em ambos os aspectos é necessário.

27 Comissão Europeia, “The European Endowment for Democracy – Support for the Unsupported,” 2012, [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-12-1199\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1199_en.htm).

28 Veja por exemplo: Catherine Ashton, “Speech on Main Aspects e Basic Choices of the Common Foreign and Security Policy and the Common Security and Defence Policy,” 2011, [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-11-326\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-326_en.htm).

29 Veja por exemplo: Stefan Füle, “EU Response to the Arab Spring: New Package of Support for North Africa and Middle East,” 2011, [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-11-1083\\_en.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1083_en.htm?locale=en).

30 Veja por exemplo Catherine Ashton, “Statement by the High Representative, Catherine Ashton, on the Continued Violent Crack-down of the Demonstrations in Syria,” 2011, [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/EN/foraff/120289.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/120289.pdf).

31 Daniela Huber, “U.S. and EU Human Rights and Democracy Promotion Since the Arab Spring. Rethinking Its Content, Targets, and Instruments,” *The International Spectator* (forthcoming); Andrea Teti, “The EU’s First Response to the ‘Arab Spring’: A Critical Discourse Analysis of the Partnership for Democracy and Shared Prosperity,” *Mediterranean Politics* 17, no. 3 (2012), p. 266–284, doi:10.1080/13629395.2012.725297; Pace and Cavatorta, “The Arab Uprisings in Theoretical Perspective – An Introduction”; Ruth Hanau Santini and Oz Hassan, “Transatlantic Democracy Promotion and the Arab Spring,” *International Spectator* 47, no. 3 (2012), p. 66–82.

A situação econômica nos países da Primavera Árabe está se deteriorando rapidamente (exceto no caso da Líbia onde a produção de petróleo voltou aos níveis pré-revolucionários) e está ameaçando os processos de transação. O crescimento econômico nos países diminuiu devido às incertezas e agitações, assim como menor demanda vinda da Europa. O Egito é um exemplo a este respeito: o produto interno bruto (PIB) caiu para 2%, bem abaixo dos 5% em 2010. A pobreza cresceu de 21 % em 2009 para 25 em 2012. Inflação está em 8%, desemprego a 13% e com projeções de crescimento. Para responder às crescentes demandas por bem estar, o governo egípcio usou reservas econômicas, caindo dos estão 36 bilhões de dólares antes da revolução para 13 bilhões de dólares hoje em dia<sup>32</sup>. A dívida externa egípcia cresceu de 33 bilhões de dólares antes da revolução para 43 bilhões em março de 2013<sup>33</sup>. A proposta americana de alívio da dívida em 1 bilhão de dólares parece uma gota no oceano se colocada em perspectiva. Na Tunísia, a situação é um pouco melhor com o crescimento do PIB projetado para 4 % em 2013, mas os custos de vida estão altos, o desemprego a quase 17% e quase um quarto da população vive abaixo da linha da pobreza. As dificuldades econômicas estão reacendendo a agitação social no país, botando em risco a segurança doméstica.

Para ter certeza, a UE ofereceu ajuda à região. Além da ajuda humanitária de mais de 80 milhões de euros em 2011<sup>34</sup>, a ajuda para a região foi aumentada para 700 milhões de euros, principalmente através do novo programa Parceria para a Democracia e a Propriedade Partilhada<sup>35</sup>. Um empréstimo adicional de 1 bilhão de euros foi disponibilizado através do Banco Europeu de Investimento (BEI)<sup>36</sup>, e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

---

32 Para dados, veja: The Economist, “Egypt’s Economy: Going to the Dogs,” 2013, <http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21574533-unless-president-muhammad-morsi-broadens-his-government-egypts-economy-looks?zid=304&ah=e-5690753dc78ce91909083042ad12e30>; IMF, “World Economic Outlook (WEO) – Hopes, Realities, and Risks,” 2013, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/>.

33 Ahmad Zaki Othman, “Egypt’s Rising Debt Portends Political Crisis,” Al Monitor, April 24, 2013, <http://www.al-monitor.com/pulse/business/2013/04/egypt-expanding-debt-economic-political-crisis.html>.

34 Comissão Europeia, “EU Response to the Arab Spring,” 2012, [http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/regional-cooperation/enpi-south/documents/eu\\_response\\_to\\_the\\_arab\\_spring\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/regional-cooperation/enpi-south/documents/eu_response_to_the_arab_spring_en.pdf).

35 [http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-13-81\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-81_en.htm)

36 [http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-13-81\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-81_en.htm)

(BERD) prevê 2.5 bilhões de euros até 2015 para a região<sup>37</sup>. Para coordenar melhor o financiamento entre UE, estados-membros, BEI, BERD e instituições financeiras internacionais, a UE estabeleceu uma força-tarefa com Egito, Jordânia e Tunísia. Porém, faria sentido trazer outros doadores regionais para a esta iniciativa a fim de coordenar a ajuda e garantir uma recuperação rápida das economias dos estados em transição. O Egito, especificamente, é um caso em questão, considerando que recebeu muitos outros empréstimos e depósitos de atores regionais. Em empréstimos, o Qatar ofereceu 8 bilhões de dólares, a Arábia Saudita 4 bilhões (mais um depósito de 2.750 milhões de dólares no banco central), 2 bilhões da Líbia e 1 bilhão da Turquia<sup>38</sup>. Para coordenar todos estes fundos de forma eficiente, a UE poderia buscar uma parceria estratégica especificamente com a Turquia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Uma certa cooperação internacional já acontece neste sentido, notavelmente através da chamada Parceria Deauville com países árabes em transição, liderada pelo G8 e consistindo de Canadá, Egito, França, Alemanha, Itália, Japão, Jordânia, Líbia, Kuwait, Marrocos, Qatar, Rússia, Arábia Saudita, Tunísia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia. Ela tem como objetivo apoiar Egito, Jordânia, Líbia, Marrocos e Tunísia com 38 bilhões de dólares em diversas áreas tais como estabilização econômica, criação de empregos, participação, governança e integração<sup>39</sup>. Com frequência é chamado de o Plano Marshall para o mundo árabe mas seu financiamento é quase incomparável, considerando que os 13 bilhões de dólares oferecidos sob a estrutura do Plano Marshall em porcentagem do PIV, equivaleriam hoje em dia a uma compromisso de mais de 100 bilhões de dólares.

Mas além de ajuda, a União Europeia, como a principal parceira de negócios da região, poderia ajudar as economias do sul do Mediterrâneo de forma mais efetiva através do livre comércio. Começaram as negociações para áreas de livre comércio abrangentes e aprofundadas e parcerias de mobilidade com pioneiros como Tunísia, Marrocos, Jordânia e Egito, porém, é improvável que a UE, que atualmente enfrenta sua pior crise econômica, acabará com restri-

37 Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, “EBRD’s Activities in the Southern and Eastern Mediterranean Region,” 2012, <http://www.ebrd.com/downloads/research/factsheets/semmed.pdf>.

38 Othman, “Egypt’s Rising Debt Portends Political Crisis.”

39 Departamento de Estado Americano, “Deauville Partnership with Arab Countries in Transition,” accessed May 6, 2013, <http://www.state.gov/e/eb/ecosum/2012g8/deauville/>.

ções de longa data sobre a agricultura. Os Acordos de Associação negociados sob a estrutura do PEM foram criticados desde suas criações por desmantelar barreiras sobre a importação de produtos industriais europeus por estados parceiros, enquanto mantinham o comércio de agro produtos restrito onde os estados parceiros teriam uma vantagem comparativa<sup>40</sup>; uma prática econômica que foi amplamente vista como neo-colonial no Mundo Árabe. A abertura do mercado de agricultura seria agora uma ajuda importante para as economias abaladas dos estados em transição no sul do Mediterrâneo e enviaria um sinal positivo para os novos regimes: que a UE os vê como parceiros iguais.

### 3. O IMPERATIVO DE UMA ARROJADA NOVA INICIATIVA MULTILATERAL DE SEGURANÇA

Os processos de transição não só são ameaçados pelas dificuldades econômicas domésticas, mas também pelas fortes mudanças no *status quo* da região e o aumento dos conflitos na região. No Norte da África, a Primavera Árabe gerou um vácuo de segurança, especificamente na Líbia, onde o ataque de 11 de setembro à missão diplomática dos Estados Unidos foi só um dos sinais de fracasso do novo governo em estabelecer o monopólio da força em um país que poderia se tornar um estado falido<sup>41</sup>. A instabilidade na Líbia também se espalhou para a vizinhança. Com o colapso do regime de Gadhafi, veio um aumento no tráfico de armas de um depósito sem proteção usado pelo antigo regime para forças extremistas na região, ameaçando áreas já fragilizadas tais como Mali ou Mauritânia. Na Argélia, ataques terroristas também estão aumentando, e foi relatado que armas líbias chegaram tão longe quanto o Sinai, onde grupos extremistas fazem incursões desde a queda do regime de Mubarak no Egito<sup>42</sup>. Deve ser notado, porém, que o cenário de colapso da paz

40 Marco Montanari, "The Barcelona Process and the Political Economy of Euro-Mediterranean Trade Integration", *JCMS: Journal of Common Market Studies* 45, no. 5 (2007): 1011-1040, doi:10.1111/j.1468-5965.2007.00758.x.

41 Para uma análise detalhada, veja: International Crisis Group, "Divided We Stand: Libya's Enduring Conflicts," September 14, 2012, <http://www.crisisgroup.org/en/regions/middle-east-north-africa/north-africa/libya/130-divided-we-stand-libyas-enduring-conflicts.aspx>.

42 Andrea Dessi, "Shifting Sands: Security and Development for Egypt's Sinai," IAI-GMF Op-Med, November 2012, [http://www.gmfus.org/wp-content/blogs.dir/1/files\\_mf/1353077968Dessi\\_ShiftingSands\\_Nov12.pdf](http://www.gmfus.org/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1353077968Dessi_ShiftingSands_Nov12.pdf).

entre Israel e Egito atualmente parece improvável. O Egito coopera com Israel nas questões de segurança no Sinai, e mediou um cessar fogo entre Israel e o Hamas em 2012, e não menos devido aos intensos esforços diplomáticos americanos o novo governo egípcio também apoia os acordos de paz, apesar disso possivelmente significar uma revisão de seus princípios de tempos em tempos.

Em contraste, outros conflitos no Oriente Médio estão inflamados. A guerra civil síria não só já causou 80.000 vítimas desde março de 2011, de acordo com as estimativas da ONU, mas seu transbordamento para toda a região na forma de milhares de refugiados que chegam à Turquia, Líbano e Jordânia, leva a tensões e à alimentação do segregacionismo em todos os países envolvidos. No Líbano, com o Hezbollah abertamente envolvido na guerra civil síria, a violência sectária está em crescimento e pode escalar, especialmente porque as eleições parlamentares estão previstas para 16 de junho deste ano. A guerra civil síria também se tornou uma guerra por procuração lutada entre o Ocidente e o Golfo de um lado, e Irã e Rússia pelo outro. Já que o Irã vê a guerra na Síria como uma intervenção orquestrada pelo Ocidente/Golfo com objetivo de derrubar o regime de seu principal aliado na região, isso também estimulou sua busca por armamentos nucleares para prevenir um destino similar para seu próprio regime, aumentando as tensões com Israel travada em uma guerra por procuração, tal como os ataques terroristas iranianos, assim como os ataques cibernéticos de Israel às estruturas nucleares iranianas e os ataques aéreos a território sírio em janeiro e maio de 2013.

O conflito entre Israel e Palestina também pode ser re-aceso. Um conjunto de fatores – a condenação internacional da Operação Chumbo Fundido e o Relatório Goldstone em 2009, a ruptura na relação turco-israelita entre 2010 e 2013, o impressionante apoio internacional à aposta da ONU na Palestina com 138 estados a favor, e também as revoltas árabes – aumentaram o sentimento de isolamento de Israel na região, deslocando seu eleitorado para a direita. A política de assentamento de Netanyahu levou a um aumento da população morando em assentamentos na Cisjordânia, deixando uma solução entre os dois estados cada vez mais inviável<sup>43</sup>. Com uma solução unilateral parecendo cada vez mais uma utopia distante, o *status quo* está se tornando ainda mais

---

43 Nathalie Tocci, “Israel Palestine and the End of the Two-state Road,” openDemocracy, 2012, <http://www.opendemocracy.net/opensecurity/nathalie-tocci/israel-palestine-and-end-of-two-state-road>.

insustentável. Estes desenvolvimentos no Oriente Médio não só colocam em risco a estabilidade de toda a região, mas estando na vizinhança imediata da Europa também destacam, em primeiro lugar, a incapacidade da UE em organizar uma arquitetura básica de segurança em sua vizinhança. A UE procurou construir uma comunidade de segurança na região após o fim da Guerra Fria.

Como mostrado acima, a Parceria Euro-Mediterrânea foi uma prática de segurança específica da Europa a esse respeito apesar de ter sido abandonada passo a passo. Os principais bloqueios no caminho da PEM têm sido uma percepção tendenciosa da Europa sobre a região e o legado histórico do colonialismo<sup>44</sup>, a natureza autocrática dos regimes parceiros, a priorização da UE por sua vizinhança Oriental, o conflito Israel-Palestina, uma “divisão cultural de segurança” entre os estados parceiros mediterrâneos e a Europa<sup>45</sup>, as “identidades contestadas” dos estados parceiros mediterrâneos<sup>46</sup> e a negligência, inclusive de atores-chave na região tais como EUA ou Rússia na iniciativa. Ao mesmo tempo, os EUA estavam conduzindo uma iniciativa de segurança paralela, as negociações multilaterais árabe-israelitas que acompanharam as negociações bilaterais palestino-israelitas estabelecidas pela Conferência de Madrid em 1991. Consistindo de cinco grupos de trabalho sobre Controle de Armas e Segurança Regional (liderado pelos EUA e Rússia), Desenvolvimento Regional e Econômico (liderado pelos EUA), Refugiados (liderado pelo Canadá), Recursos Hídricos (liderado pelos EUA) e Meio Ambiente (liderado pelo Japão), também procurou garantir o processo através do envolvimento de poderes externos. No entanto, as negociações eram fundamentalmente dependentes do sucesso do caminho bilateral e fracassou em 1996<sup>47</sup>.

44 Björn Hettne and Fredrik Söderbaum, “Civilian Power or Soft Imperialism? The EU as a Global Actor and the Role of Interregionalism,” *European Foreign Affairs Review* 10, no. 4 (2005), p. 535–552.

45 Fulvio Attina, “The Building of Regional Security Partnership and the Security-Culture Divide in the Mediterranean Region,” in *The Convergence of Civilizations: Constructing a Mediterranean Region*, ed. Emanuel Adler et al., 2nd Revised edition (University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division, 2006), p. 239–265.

46 Raffaella Del Sarto, “Region-Building, European Union Normative Power, and Contested Identities: The Case of Israel,” in *The Convergence of Civilizations: Constructing a Mediterranean Region*, ed. Emanuel Adler et al., 2nd Revised edition (University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division, 2006), 296–335.

47 Joel Peters, “The Arab-Israeli Multilateral Peace Talks and the Barcelona Process: Competition or Convergence?”, *The International Spectator* 33, no. 4 (1998), p. 63–76.

Muitos dos desafios que levaram ao fracasso destas iniciativas se mantêm, no entanto, muito também mudou na região na última década. No início dos anos 1990, o mundo era dominado pelo “momento unipolar” dos EUA<sup>48</sup>, mas isso mudou de forma definitiva e em nenhum outro lugar isso é sentido de forma mais aguda que no Oriente Médio e no Norte da África, onde o engajamento dos EUA no Iraque e sua “mudança para a Ásia” foi visto como o primeiro passo em uma saída gradual dos EUA da região. Em contraste com isso, o interesse e engajamento de Rússia e China na região está crescendo<sup>49</sup>. Os EUA têm um interesse crescente que a UE assuma mais responsabilidades no gerenciamento da segurança na região. A Turquia se tornou um ator regional chave, mais independente dos EUA, e também adquiriu ampla competência na construção da região<sup>50</sup>. Por fim, as transições na região trouxeram novos atores para o governo que podem estar mais abertos a novos conceitos de segurança e assim acabar com a “divisão cultural de segurança” entre a Europa e os estados parceiros. Uma nova iniciativa arrojada para estabelecer uma parceria de segurança comum entre a UE e os estados parceiros no Mediterrâneo poderia ser vendida pelos novos governos como um sucesso de política externa.

O atual incentivo americano para renovar as negociações entre palestinos e israelenses, assim como sua iniciativa comum com a Rússia para realizar a conferência de paz de Genebra sobre a Síria em junho, poderia servir como um trampolim para a UE trabalhar uma iniciativa multilateral arrojada que visasse uma arquitetura de segurança a longo prazo para sua vizinhança ao sul. Diversas questões devem ser consideradas a esse respeito. Primeiro, deve ser impulsionada pela UE que tem competências consideráveis nessa área, mas também envolver EUA, Turquia, Rússia e China, assim como organizações regionais como a Liga Árabe e a CCG, e uma estratégia para a inclusão do Irã também tem que ser desenvolvida. Segundo, como nas negociações de paz

48 Charles Krauthammer, “The Unipolar Moment,” *Foreign Affairs* 70, no. 1 (1990), p. 23, doi:10.2307/20044692; Michael Mastanduno, “Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S. Grand Strategy after the Cold War,” *International Security* 21, no. 4 (1997), p. 49, doi:10.2307/2539283.

49 Daniela Huber et al., “The Mediterranean Region in a Multipolar World. Evolving Relations with Russia, China, India, and Brazil,” *IAI Mediterranean Paper* 21, accessed May 6, 2013, <http://www.iai.it/content.asp?langid=1&contentid=856>.

50 Kemal Kirisci, “The EU, Turkey, and the Arab Spring: Challenges and Opportunities for Regional Integration,” *Global Turkey in Europe Working Paper* 01, 2013, <http://www.iai.it/content.asp?langid=1&contentid=778>.

multilaterais árabe-israelenses, questões-chave de segurança devem ser discutidas em grupos de trabalho específicos, como na PEM essas questões não devem estar focadas somente no conflito árabe-israelense, mas ver a segurança através de lentes com mais princípios. De forma concreta, isso deve caminhar em direção a princípios como não-proliferação de armas de destruição em massa, o não-uso da força do terrorismo, o princípio da resolução pacífica, o direito de todas as pessoas da região de viverem em segurança, o direito à autodeterminação e também questões-chave tais como normas de direitos humanos ou de Responsabilidade de Proteger. Seria basilar tentar isso agora enquanto o sistema regional está bastante fluido e incertezas sobre o futuro podem deixar atores novos e antigos mais abertos a tal iniciativa.

---

DANIELA HUBER é pesquisadora do IAI (*Istituto Affari Internazionale*) no programa Mediterrâneo e Oriente Médio.

## REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel, and CRAWFORD, Beverly. Normative Power: The European Practice of Region Building and the Case of the Euro-Mediterranean Partnership (EMP). In: ADLER, Emanuel; BICCHI, Federica; CRAWFORD, Beverly, and DEL SARTO, Raffaella (eds.), *The Convergence of Civilizations: Constructing a Mediterranean Region*, German and European Studies. Toronto: University of Toronto Press, 2006, p. 3-50.

ASHTON, Catherine. Speech on Main Aspects and Basic Choices of the Common Foreign and Security Policy and the Common Security and Defence Policy, 2011. [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-11-326\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-326_en.htm).

———. Statement by the High Representative, Catherine Ashton, on the Continued Violent Crack-down of the Demonstrations in Syria, 2011. [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/EN/foraff/120289.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/120289.pdf).

ATTINA, Fulvio. The Building of Regional Security Partnership and the Security-Culture Divide in the Mediterranean Region. In: ADLER, Emanuel, BICCHI, Federica, CRAWFORD, Beverly, and DEL SARTO, Raffaella (eds.). *The Convergence of Civilizations: Constructing a Mediterranean Region*. 2nd Revised edition. University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division, 2006 , p. 239–265.

BICCHI, Federica. The European Origins of Euro-Mediterranean Practices. In: *The Convergence of Civilizations. Constructing a Mediterranean Region*, Toronto: University of Toronto Press, 2006, p. 137–190..

———. The Union for the Mediterranean, or the Changing Context of Euro-Mediterranean Relations. *Mediterranean Politics* 16, no. 1 (2011), p. 3–19. doi:10.1080/13629395.2011.547365.

BRESHEETH, Haim. The Arab Spring. A View from Israel. *Middle East Journal of Culture and Communication* 5 (2012), p. 42–57.

DEL SARTO, Raffaella. Region-Building, European Union Normative Power, and Contested Identities: The Case of Israel.” In *The Convergence of Civilizations: Constructing a Mediterranean Region*, edited by ADLER, Emanuel, BICCHI, Federica , CRAWFORD, Beverly, and DEL SARTO, Raffaella, 2nd Revised edition. University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division, 2006, p. 296–335.

DEL SARTO, Raffaella, and Tobias SCHUMACHER. From EMP to ENP: What’s at Stake with the European Neighbourhood Policy Towards the Southern Mediterranean? *European Foreign Affairs Review* 10, no. 1, 2005, p. 17–38.

DESSI, Andrea. Shifting Sands: Security and Development for Egypt’s Sinai. *IAI-GMF Op-Med*, November 2012. [http://www.gmfus.org/wp-content/blogs.dir/1/files\\_mf/1353077968Dessi\\_ShiftingSands\\_Nov12.pdf](http://www.gmfus.org/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1353077968Dessi_ShiftingSands_Nov12.pdf).

EURO-MEDITERRANEAN CONFERENCE. Barcelona Declaration, 1995. [http://www.eeas.europa.eu/euromed/docs/bd\\_en.pdf](http://www.eeas.europa.eu/euromed/docs/bd_en.pdf).

EUROPEAN BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. EBRD’s Activities in the Southern and Eastern Mediterranean Region, 2012. <http://www.ebrd.com/downloads/research/factsheets/sem.pdf>.

EUROPEAN COMMISSION. EU Response to the Arab Spring, 2012. [http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/regional-cooperation/enpi-south/documents/eu\\_response\\_to\\_the\\_arab\\_spring\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/regional-cooperation/enpi-south/documents/eu_response_to_the_arab_spring_en.pdf).

———. European Neighbourhood Policy Strategy Paper, 2004. [http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy\\_paper\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy_paper_en.pdf).

———. Evaluation of the Council Regulation Nr 2698/2000 (MEDA II) and Its Implementation, 2009. [http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation\\_reports/reports/2009/1264\\_voll\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation_reports/reports/2009/1264_voll_en.pdf).

———. MEDA Programme, 2012. [http://europa.eu/legislation\\_summaries/external\\_relations/relations\\_with\\_third\\_countries/mediterranean\\_partner\\_countries/r15006\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/mediterranean_partner_countries/r15006_en.htm).

———. Regulation of the European Parliament and of the Council Establishing a European Neighbourhood Instrument, 2011. [http://ec.europa.eu/world/enp/docs/2011\\_prop\\_eu\\_neighbourhood\\_instrument\\_reg\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/docs/2011_prop_eu_neighbourhood_instrument_reg_en.pdf).

———. Reinvigorating EU Actions on Human Rights and Democratisation with Mediterranean Partners, 2003. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0294:FIN:EN:PDF>.

———. The European Endowment for Democracy – Support for the Unsupported, 2012. [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-12-1199\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1199_en.htm).

FÜLE, Stefan. EU Response to the Arab Spring: New Package of Support for North Africa and Middle East, 2011. [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-11-1083\\_en.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1083_en.htm?locale=en).

———. The Role of Civil Society in Transition and Transformation: Lessons from the Enlargement Policy of the European Union, 2011. [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-11-628\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-628_en.htm).

HANAU SANTINI, HASSAN, Ruth, and Oz. Transatlantic Democracy Promotion and the Arab Spring. *International Spectator* 47, no. 3 (2012), p. 66–82.

HETTNE, Björn, and SÖDERBAUM, Fredrik. Civilian Power or Soft Imperialism? The EU as a Global Actor and the Role of Interregionalism. *European Foreign Affairs Review* 10, no. 4 (2005), p. 535–552.

HILL, Christopher, and Smith, Karen. *European Foreign Policy: Key Documents*. London: Routledge, 2000.

HUBER, Daniela. U.S. and EU Human Rights and Democracy Promotion Since the Arab Spring. Rethinking Its Content, Targets, and Instruments. *The International Spectator* (forthcoming).

HUBER, Daniela, BAKHTIN, Vladimir, GUOFU, Li, KUMARASWAMY, P.R., and Arlene CLEMESHA. The Mediterranean Region in a Multipolar World. Evolving Relations with Russia, China, India, and Brazil. *IAI Mediterranean Paper* 21. Accessed May 6, 2013. <http://www.iai.it/content.asp?langid=1&contentid=856>.

IMF. World Economic Outlook (WEO) – Hopes, Realities, and Risks, 2013. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/>.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Divided We Stand: Libya's Enduring Conflicts, September 14, 2012. <http://www.crisisgroup.org/en/regions/middle-east-north-africa/north-africa/libya/130-divided-we-stand-libyas-enduring-conflicts.aspx>.

JOFFÉ, George. The European Union, Democracy and Counter-Terrorism in the Maghreb. *JCMS* 46, no. 1, p. 147-171, January 1, 2008,).

KAUSCH, Kristina. Morocco's 'Advanced Status': Model or Muddle?, 2010. <http://www.fride.org/publication/745/morocco%27s-%27advanced-status%27:-model-or-muddle>.

KIRISCI, Kemal. The EU, Turkey, and the Arab Spring: Challenges and Opportunities for Regional Integration. *Global Turkey in Europe Working Paper 01*, 2013. <http://www.iai.it/content.asp?langid=1&contentid=778>.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs* 70, no. 1 (1990): 23. doi:10.2307/20044692.

LIA, Brynjar. Security Challenges in Europe's Mediterranean Periphery – Perspectives and Policy Dilemmas. *European Security* 8, no. 4 (1999), p. 27. doi:10.1080/09662839908407426.

MAGEN, Amichai. On Political Order and the Arab Spring. *Israel Journal of Foreign Affairs* 6, no. 1, p. 9–21, 2012..

MASTANDUNO, Michael. Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S. Grand Strategy after the Cold War. *International Security* 21, no. 4, p. 49, 1997,. doi:10.2307/2539283.

MONTANARI, Marco. The Barcelona Process and the Political Economy of Euro-Mediterranean Trade Integration\*. *JCMS: Journal of Common Market Studies* 45, no. 5, p. 1011–1040, 2007, doi:10.1111/j.1468-5965.2007.00758.x.

OTHMAN, Ahmad Zaki. Egypt's Rising Debt Portends Political Crisis. *Al Monitor*, April 24, 2013. <http://www.al-monitor.com/pulse/business/2013/04/egypt-expanding-debt-economic-political-crisis.html>.

PACE, Michelle. An Arab 'Spring' of a Different Kind? Resilience and Freedom in the Case of an Occupied Nation. *Mediterranean Politics* 18, no. 1, p. 42–59, 2013,.

———. "Norm Shifting from EMP – to ENP: The EU – as a Norm Entrepreneur in the South?" *Cambridge Review of International Affairs* 20, no. 4, p. 659, 2007,. doi:10.1080/09557570701680704.

PACE, Michelle, and CAVATORTA, Francesco. The Arab Uprisings in Theoretical Perspective – An Introduction. *Mediterranean Politics* 17, no. 2, p. 125–138, 2012. doi:10.1080/13629395.2012.694040.

PETERS, Joel. The Arab-Israeli Multilateral Peace Talks and the Barcelona Process: Competition or Convergence?. *The International Spectator* 33, no. 4, p. 63–76, 1998.

SHELLEY, Fred. Orientalism, Idealism, and Realism: The United States and the 'Arab Spring'. *The Arab World Geographer* 14, no. 2, p. 169–173, January 1, 2011.

SOLANA, Javier. Speech at the Annual Conference of the Institute for Security Studies of the European Union, 2007. [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/discours/97350.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/discours/97350.pdf).

TETI, Andrea. The EU's First Response to the 'Arab Spring': A Critical Discourse Analysis of the Partnership for Democracy and Shared Prosperity. *Mediterranean Politics* 17, no. 3, p. 266–284, 2012,. doi:10.1080/13629395.2012.725297.

THE ECONOMIST. Egypt's Economy: Going to the Dogs, 2013. <http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21574533-unless-president-muhammad-morsi-broa->

dens-his-government-egypts-economy-looks?zid=304&ah=e5690753dc78ce91909083042-ad12e30.

———. Human Rights in Tunisia: No to Opposition, 2011. [http://www.economist.com/node/16705491?story\\_id=16705491](http://www.economist.com/node/16705491?story_id=16705491).

TOCCI, Nathalie. Israel Palestine and the End of the Two-state Road. *openDemocracy*, 2012. <http://www.opendemocracy.net/opensecurity/nathalie-tocci/israel-palestine-and-end-of-two-state-road>.

TOVIAS, Alfred. The EU and the Mediterranean Nonmember States. In *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*, edited by BINDI Federiga (ed.), Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2010, p. 169–82.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Deauville Partnership with Arab Countries in Transition. Accessed May 6, 2013. <http://www.state.gov/e/eb/ecosum/2012g8/deauville/>.

YOUNGS, Richard. The European Union and Democracy Promotion in the Mediterranean: A New or Disingenous Strategy? *Democratization* 9, no. 1, p. 40-62 2002.